



IV Simpósio Pós-Estruturalismo e Teoria Social: Novas Reflexões Sobre as Democracias do Nosso Tempo

Pelotas, 26, 27 e 28 de setembro de 2022.

GT: Teoria do discurso e Pesquisa em Educação

Públicos vigilantes versus públicos participativos: gênero, agonismo e antagonismo no cotidiano escolar

Rafael F. de Souza M. Pereira
Doutorando (USP – Brasil)

Resumo: Apresento parte de uma pesquisa sobre o protesto liberal-conservador no cotidiano escolar a partir do estudo dos engajamentos em defesa de projetos educativos familiares contra projetos pedagógicos progressistas. Analiso aqui o caso de uma escola em que a demanda antigênero, apesar de encontrar pequeno respaldo entre seus públicos participativos, conseguiu desarticular o trabalho pedagógico ao se aliar com públicos digitais do ecossistema liberal-conservador, onde o antagonismo contra a chamada ‘ideologia de gênero’ encontrava-se consolidado. Analiso ainda as estratégias discursivas dos sujeitos progressistas da escola para restaurar consensos e ampliar o pluralismo. Por fim, o caso oferece uma boa ocasião para experimentar o alcance analítico do par agonismo/antagonismo proposto por Chantal Mouffe, já que o processo contencioso descrito se configura em arenas e temporalidade múltiplas e sobrepostas.

Palavras-chave: Escola, conservadorismo, relações de gênero, hegemonia, agonismo.

Introdução

Introdução



Este trabalho é parte de uma pesquisa de doutorado em andamento chamada “O protesto liberal-conservador e a participação política na escola: sujeitos, discursos e antagonismo na rede municipal de ensino de São Paulo entre 2018 e 2022”. Ela nasceu com a indagação sobre os impactos causados na educação escolar pela *transição hegemônica* que rearticulou o campo das direitas brasileiras ao longo da última década. Sob a liderança da direita radical, o bloco liberal-conservador passou a desafiar alguns consensos organizadores da vida pública desde a redemocratização e, ao mesmo passo, relativizou também princípios que orientavam a formação escolar. ‘Cidadania’, ‘direitos humanos’, ‘aluno crítico’, ‘diversidade’: foram alguns dos *pontos nodais* ressignificados por discursos contra a chamada ideologia de gênero e em defesa de uma Escola sem Partido. Como a literatura sobre esses movimentos no parlamento e nas redes sociais já soma um volume considerável, resolvi concentrar minha investigação não nas suas organizações e ativistas, mas nos sujeitos das comunidades escolares que mobilizam seus discursos. Por isso, meu objeto de pesquisa é o antagonismo político-pedagógico provocado no cotidiano escolar pelo engajamento de pais e mães de alunos que identificam na escola de seus filhos práticas progressistas que contrariam seus projetos educativos familiares.

Embora meu ponto de partida seja um diagnóstico de consensos rompidos, tentei sempre não naturalizá-los, razão pela qual a obra de Chantal Mouffe foi tão importante na construção do problema de pesquisa. Reconhecida a natureza hegemônica de todo consenso e a impossibilidade de erradicar o *antagonismo*, tornava-se possível reconhecer no discurso dos sujeitos conservadores seu caráter político, sem recorrer à condenação moral em nome de uma visão transcendental dos direitos humanos ou da democracia liberal. A ideia de um *consenso conflituoso* por sua vez me permitiu investigar o antagonismo político-pedagógico como uma possibilidade sempre inscrita no interior dos consensos cotidianos.

Do ponto de vista metodológico, em lugar de optar entre uma análise microsociológica do cotidiano e um estudo das macroformações ideológicas penetrando nas escolas, decidi avançar lateralmente, procurando os encontros vetoriais entre as escaladas dos conflitos locais e as formações discursivas mais amplas. Foi com esse interesse que, entre março de 2020 e outubro de 2021, entrevistei em torno de 50 pessoas de 7 escolas diferentes: eram pais, professores e gestores que participaram de conflitos motivados por divergências



políticas ou morais nas suas escolas. Classifiquei esses embates num espectro que varia segundo o grau de institucionalização dos protestos¹: indo das demandas que legitimam a institucionalidade escolar alocadas num extremo até as demandas que a desafiam no outro. Enquanto as primeiras reconhecem a autoridade da gestão escolar, aceitam sua mediação e ocupam suas instâncias participativas, as segundas contestam e contornam a ordem escolar instituída, via de regra mobilizando públicos digitais para denunciá-la. Entre esses extremos, temos um terceiro caso típico, intermediário, em que o repertório de protestos combina ações institucionais com ações diretas para desafiar a ordem escolar.

A análise das dinâmicas contenciosas identificou 5 *formações discursivas* (LACLAU, MOUFFE, 2015) predominantes: liberal, conservadora, punitivista, cidadã e freireana². As combinações entre essas formações podem reproduzir os *encadeamentos* observados na esfera pública mais ampla, bem como, sob a pressão das alianças e antagonismos locais, resultar em flutuações surpreendentes da fronteira ideológica. Com exceção do discurso freireano, os demais discursos são mobilizados por demandas contra o projeto político-pedagógico da escola, alvejando o currículo e a gestão. No corpus da minha pesquisa, o campo liberal-conservador articula demandas antigênero, antigreve, antidoutrinação, antiesquerda, contra a educação antirracista, demandas autoritárias, por segurança, por mais disciplina, punitivistas, meritocráticas e produtivistas. Via de regra, é a *articulação* dessas demandas que, ao lado de cenários locais conflagrados, aumenta o seu potencial disruptivo. Mas dentre elas, é preciso destacar o apelo das demandas antigênero, que têm mostrado um poder aglutinador e antagonico acima da média, com grande capacidade de desestabilização das relações escolares, mesmo quando isolada.

Tenho observado atitudes ambivalentes entre os educadores progressistas provocadas pelas mobilizações coletivas conservadoras. Naquelas escolas em que as direitas participam institucionalmente do cotidiano escolar, dominando o conselho, pautando as ações da direção, os freireanos têm vivido o que chamei de *dilema participativo*: a comunidade deve participar

1 A evidente inspiração aqui foi o espectro populismo-institucionalismo proposto por Laclau (2009).

2 O discurso freireano proporciona uma identificação simbólica e prática forte aos sujeitos progressistas dessa rede escolar. Paulo Freire é citado regularmente como referência filosófica, pedagógica e modelo de política educacional democrática, promovida quando esteve à frente da secretaria da educação do primeiro governo petista do município. A prefeitura de São Paulo seria posteriormente governada por mais duas gestões petistas, Marta Suplicy (2001-2004) e Fernando Haddad (2013-16).



para democratizar a gestão escolar, mas a comunidade conservadora não é democrática, então seria melhor não democratizar (tanto) a gestão. Por outro lado, quando a participação conservadora é repelida, ela encontra na mobilização digital um meio alternativo para contestar a escola, inclusive com maior eficácia, já que esta fica vulnerável a ataques imunes à crítica, ao diálogo e às mediações escolares. No meio digital, o antagonismo se consolida; a lógica do inimigo interpela os sujeitos escolares como virtualidade.

Dito isso, passemos à análise de um dos casos. Trata-se de uma Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) situada num bairro da região central de São Paulo, onde 300 crianças de 4 a 6 anos são cuidadas por 15 professoras. As famílias da comunidade escolar se dividem em dois grandes grupos: o primeiro composto por profissionais liberais oriundos da classe média tradicional que, por identificação com o currículo municipal ou, no mais das vezes, por dificuldades econômicas, colocaram seus filhos na escola pública; e um segundo grupo, um pouco menor, composto por famílias de trabalhadores que prestam serviços no bairro, zeladores, porteiros, faxineiras, garçons e outros. Nessa EMEI, a demanda antigênero levou, por meio de uma mobilização digital, a tal escalada do conflito que, além do afastamento da professora acusada, produziu a debandada de boa parte da equipe.

Os efeitos desse processo conflituoso se desdobraram ao longo de três anos, nos quais se sucederam diferentes repertórios, públicos e lógicas políticas, mas me concentrarei aqui apenas nos seus primeiros episódios, que se concentram no ano de 2018, quando Ana³ completaria 9 anos de trabalho naquela EMEI. Ela é uma professora negra, de 50 anos e mais de duas décadas de experiência docente. Ao lado de mais duas, três, às vezes quatro colegas (a depender da rotatividade da equipe), Ana toca sua missão: promover uma *infância livre*, significante que condensa uma articulação político-pedagógico: uma infância livre de opressões de gênero, raça, sexualidade; livre do adultocentrismo. Seus brinquedos, jogos, histórias e canções são orientadas por uma visão emancipatória da infância e ao mesmo tempo pretende efetivar as conquistas históricas de movimentos sociais curricularizadas na educação municipal. Essas professoras freireanas faziam parte de uma coesa minoria, contraposta à visão tradicionalista dominante entre as demais colegas da escola, as quais elas tentavam demover ou persuadir. Um esforço que foi sendo abandonado aos poucos. As divergências

3 Todos os nomes dos sujeitos de pesquisa são fictícios.



político-pedagógicas entre os dois grupos cresciam acentuadas por desafetos pessoais que impediam o trabalho coletivo e, vez por outra, a própria comunicação. Em meio a esse frágil equilíbrio da correlação de forças, marcado por uma tolerância ressentida, as freireanas seguiam em frente, conscientes do amparo que o currículo oficial e a legislação conferia a suas práticas, além do apoio de um conselho escolar relativamente progressista e parcerias com outras escolas do território. Por esta razão, Ana não se inquietou quando no início daquele ano, durante a apresentação da escola aos pais, após lhes relatar sua formação, mencionando sua especialização em estudos de gênero, um deles compartilhou seu incômodo a esse respeito. Tampouco julgou atípico o dia em que, alguns meses depois, precisou reunir as crianças em roda a fim adverti-las que ninguém deveria rir do colega que tinha as unhas pintadas, esclarecendo que aquilo era normal, pois meninos ou meninas poderiam se vestir ou se pintar como quisessem. Encerrou o expediente normalmente sem imaginar que não mais voltaria àquela escola.

Era setembro de 2018 e a campanha presidencial se encontrava avançada. A direita radical mobilizava o discurso antissistêmico, os fantasmas do comunismo e o pânico moral dos conservadores, com um engajamento militante inédito nas redes sociais. Nesse contexto, o vídeo de uma criança falando sobre sua professora viralizou. Ingrid, vestida com o uniforme escolar da rede municipal, é filmada e entrevistada pelo seu pai, Leandro.

- “[...]é que minha prof ensinou coisa errada, que menino usa saia, vestido, brinco e pinta unha, e tmb a prof disse e... quando a gente fez uma roda.
- E onde foi essa roda?
- Foi na minha sala.
- E ela falou o que?
- ...que menino usa saia, vestido, brinco e pinta unha.
- E qual é o nome da professora?
- Professora Ana.
- E da sua escola, você lembra?
- Mario de Andrade.
- E seu nome?
- Ingrid.
- E quantos aninhos você tem?
- 4 anos.
- Ela falou isso pra todas as crianças hoje, dentro da sala de aula? Então ta bom, a gente vai ver o que a gente faz, porque isso é inadmissível, uma criança de 4 anos de idade aprender que um menino, pode usar brinco, pode usar vestido e pintar unha.”



Ingrid ora olha pro chão, ora olha pra câmera. Cadencia a voz como quem faz um esforço ou toma cuidado; sorri quando diz sua idade e o nome da sua escola. O vídeo tem menos de um minuto. Seu pai reage – “*é inadmissível!*” –, ela parece entender que ele não está contente. Com efeito, como dirá numa entrevista cedida ao vereador Fernando Holiday, então militante do MBL (Movimento Brasil Livre), Leandro estava abismado:

Eu fui à reunião da escola no primeiro dia de aula. A professora ao se apresentar aos pais, disse que se especializou no ensino de ideologia de gênero e que ia ensinar isso no decorrer do ano. [...] em seguida até falou: ‘pessoal vocês sabem que brinquedo não tem sexo, né?’ Ouvindo isso procurei falar com ela depois, e disse que era contra esse tipo de ensino, que em casa a gente ensinava de forma diferente. Ela falou que eu deveria esperar pra uma reunião, essa reunião nunca aconteceu. Então falei pessoalmente com a diretora. Ela falou que nada podia fazer, que isso estava previsto na educação da escola. [...] O tempo passou e, nada foi feito, então eu tomei a liberdade de... um dia, eu fui buscar minha filha e ela me contou o que havia acontecido na escola, eu fiquei abismado, e resolvi gravar um vídeo e postei. E agora tá tendo toda essa repercussão de pessoas a favor e contra.

O vídeo de Leandro, postado no facebook numa quinta-feira, foi muito compartilhado e ganhou impulso decisivo ao chegar a lideranças políticas da direita liberal e evangélica. Já no fim de semana, nos comentários ao vídeo, proliferavam-se as ameaças de agressão física e morte dirigidas à Ana⁴. Em pânico, ela adoeceu e precisou realizar tratamento psicológico e, por fim, teve de ser readaptada para exercer funções administrativas. Embora tenha tentado voltar às salas de aula nos anos seguintes, ela não conseguiu – a professora que “amava todas as linguagens da infância” agora tinha “ranço de escola”. Durante a semana seguinte à viralização do vídeo – quando Jair Bolsonaro levaria uma facada em ato de campanha em Juiz de Fora –, repetidos telefonemas anônimos à secretaria da escola ameaçavam as professoras de agressão e homens desconhecidos eram vistos espiando por entre suas grades. Toda a equipe, inclusive as professoras mais conservadoras, foram tomadas pelo medo. Ao fim do ano seguinte, mais de metade das professoras já havia solicitado remoção: o impacto numa equipe já fragilizada pelas divergências e desafetos, foi, nas palavras da diretora, devastador.

4 Ana: “...as mães da escola começaram a me mandar um monte de *print* das ameaças, coisa horrorosa. Eu fui ficando pilhada, morrendo de medo, ameaças de morte, de esfregar minha cara no chão, me encontrar na rua e me espetar uma seringa, de atirar em mim. [...] Eu sai de casa depois de 15 dias, mas olhando para um lado e para o outro: “será que é esse que vai me matar? Será que é de faca? De tiro?”.



Esse caso parece-me particularmente significativo num contexto em que as pesquisas de opinião têm mostrado como as agendas conservadoras para a educação têm apelo reduzido para a maioria da população⁵. São estudos que possuem grande importância para o debate sobre políticas públicas e para contestar a imagem essencialista do “povo brasileiro conservador” alimentada pelo populismo de direita. Entretanto, um caso como o desta EMEI revela que não é preciso ser maioria para desestabilizar a educação escolar e os direitos sociais que seu currículo articula. A demanda de Leandro nunca alcançaria tamanho impacto se procurasse participar e disputar as instituições da gestão democrática, onde os pais progressistas de classe médias eram maioria. Os apoios institucionais em favor da professora Ana e da escola – declaração do conselho escolar (pressionado pelos pais progressistas), ONG’s educacionais, faculdades de educação e inclusive a diretoria regional de educação –, não puderam reverter o processo. A mobilização conservadora não se amparava na legitimidade institucional tampouco na autoridade da comunidade local organizada, pelo contrário, sua eficácia residia justamente na capacidade de deslocá-los. A digitalização do protesto bastou para abalar o amparo institucional que a escola proporcionava à equidade de gênero.

No ataque à professora Ana se atualizava a imagem de crise da escola pública, alvo de uma sanção embasada em uma legitimidade moral, construída nas redes do ecossistema digital liberal-conservador, onde, em lugar do etos dos *públicos participativos*, articulava-se o etos de um *público digital vigilante*. ‘Ana’ tornou-se o nome de uma ameaça à forma de vida, aos ideais de pessoa e nação desses públicos; significante habitando o *exterior constitutivo* de uma articulação em defesa da família, da infância e do respeito, pontos nodais de um projeto de hegemonia que pretende redistribuir as responsabilidades públicas e privadas de educação

5 Cf. Brasileiros têm opiniões liberais sobre educação, diz pesquisa DataFolha. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2022/07/brasileiros-tem-opinioes-liberais-sobre-educacao-diz-pesquisa-datafolha.shtml>> (Acesso em: 25/08/22)



dos cidadãos de bem⁶. Essa ameaça foi esconjurada por dois vereadores na câmara municipal no dia 4 de setembro, quando ali foi exibido o vídeo de Leandro⁷.

O vereador Fernando Holiday, após reivindicar o lugar de fala de “*homossexual assumido*”, rechaçou a “*assustadora ideologia de gênero*”, que visa a “*a sexualização das nossas crianças*”, “*a relativização da sexualidade*”, “*a desconstrução do masculino e feminino*” e “*a destruição da infância*” que, por fim, irá “*levar o país pro buraco*”. Como signos cabais da desordem social, estes conteúdos “*proibidos no horário nobre*”, circulam impunemente pelas salas de aulas. Holiday apela a um tempo de ordem, no passado, ao lembrar que na escola, quando criança, não lhe ensinaram “*o que era homossexualidade*”, mas sim “*que eu deveria respeitar o próximo... respeito ao próximo independente de religião, cor, sexualidade...*”. Um *respeito* a um só tempo entre a linguagem político-jurídica e a linguagem da moral religiosa. O *próximo* deve ser, se não amado (como o *próximo* dos evangelhos), respeitado, porém, *independentemente* de suas diferenças, no caso, sexuais. Estas, nem precisariam ser nomeadas: o segredo do respeito é a consideração abstrata pelo outro como um igual⁸. Conservadorismo cristão e liberalismo revelam uma afinidade eletiva que parece corroborar os estudos de Wendy Brown (2019) sobre o tradicionalismo moral inerente a certas variantes do neoliberalismo.

Foi a vereadora Rute Costa, importante liderança evangélica da câmara, filha do principal nome da maior igreja evangélica do país, a assembleia de deus, quem, por meio de sua assessoria, entrou em contato com Leandro e divulgou à câmara o “*drama vivenciado pelo*

⁶ A respeito da identidade dos *cidadãos de bem*, sigo inteiramente Kalil (2018, p. 9), para quem ela corresponde a “Uma concepção de pessoa, de agenda e de estar no mundo, “o “cidadão de bem” passou a designar aquele que, além de ter uma conduta individual “correta” e saber se comportar nas manifestações, se distingue dos “bandidos” (corruptos) ou de quem apoia bandidos. Assim, o “cidadão de bem” refere-se a um conjunto de condutas dos indivíduos na vida privada, a um conjunto de formas específicas de reivindicação política na vida pública e a um conjunto particular de temas e agendas que passaram a ser consideradas como legítimos. É dessa forma que o “cidadão de bem” extrapola as formas de condutas individuais e passa a designar aqueles que não são “comunistas”, “petistas” ou “de esquerda” - vistos como apoiadores da corrupção e “não trabalhadores”. Trata-se de uma noção específica de pessoa e um sentimento de pertencimento à uma forma correta de estar no mundo.”

⁷ Diário Oficial da Cidade de São Paulo, 04/09/2018.

⁸ Encontra-se aqui uma plataforma de rejeição a políticas afirmativas numa chave liberal: a demanda por reconhecimento das diferenças ou das desigualdades extrapola a esfera do respeito devido aos cidadãos. Uma pesquisa coordenada pela Fundação Tide Setubal (2019) sobre a percepção da classe C em relação às questões sociais e o conservadorismo, mostrou que entre essas populações têm crescido a identificado da direita política ao valor da igualdade, já que, ao contrário da esquerda, ela não defende políticas afirmativas e, portanto, a diferença entendida como privilégio.



pai". Em sua fala indignada ela a escola é um “*ambiente inseguro*” para a família, espaço de “*desonra*” e “*usurpação*”: viola os direitos da criança e dos pais quando pretende *educar* em lugar de tão-somente *ensinar*, subvertendo a hierarquia natural entre família e escola. Rute Costa se antecipa aos críticos. “*Alguém pode pensar que falo isso porque sou religiosa, mas não tem nada a ver com religiosidade. Isso tem a ver com a natureza e a formação da sociedade.*” E acrescenta: “*Sou uma mulher da lei e da ciência*”. Pedagoga, cita a autoridade não da bíblia, mas de “*Freud, Jung e todos os teóricos que já estudei*”, ao lado da sua autoridade de mãe e avó, para asseverar – “*sei o processo de desenvolvimento de criança por onde vai*” – que a ideologia de gênero é falsa.

O inimigo que Rute Costa combate ignora a natureza da formação criança por motivações ideológicas condensadas numa agenda de tolerância.

Peço que possamos esperar a criança crescer. A criança não tem não tem maturidade para ficar se ensinando orientação sexual.[...] dentro da formação [da criança], não cabe uma agenda de tolerância e, sim, de respeito. É o que o Vereador Fernando Holiday falou aqui. [...] Não se trata de desrespeito às pessoas diferentes e, sim, de respeito à infância.

Tolerar aqui seria o mesmo que desrespeitar a infância; o próximo só é respeitável na medida em que ele é igual, não diferente. Quando acionado ao lado de “*direitos dos pais*”, o “*respeito à infância*” determina o limite das diferenças respeitáveis e dos meios didáticos toleráveis para sua efetivação. A visibilidade destas diferenças no espaço público deveria ser presumivelmente restrita e, no espaço escolar, impedida, para que a inocência das crianças seja preservada.

Por trás das tolerantes brincadeiras de casinha e boneca, dissimula-se um perigo maior: ao relativizar as normas de gênero da família, contraria a ordem natural da sociedade, abalando o desenvolvimento da criança e da nação. O corretivo implicaria na redistribuição das responsabilidades públicas e privadas sobre a formação dos cidadãos⁹, operação tática orientada para a deslegitimação de projetos de nação e justiça social contrários às hierarquias tradicionais de sexo e gênero (AMAYA, 2017). Ao mesmo tempo, trata-se da disputa pela gramática dos direitos fundamentais, da reconfiguração simbólica dos limites da cidadania e da pessoa humana.

9 “Los espacios públicos son siempre estriados y se estructuran hegemonicamente. Una determinada hegemonía resulta de la articulación específica de una diversidad de espacios, lo cual significa que la lucha por la hegemonía es también el intento de crear una forma diferente de articulación entre los espacios públicos” (MOUFFE, 2009, p. 94)



Embora esta mobilização tenha abalado o trabalho pedagógico, gestos de resistência também se impuseram, disputando o significado daqueles pontos nodais (“infância”, “família”, “respeito” e “gênero”), em defesa de uma concepção ampliada de democracia na escola. O primeiro exemplo que merece nossa atenção é um dos episódios de reação dos pais: alguns deles se mobilizaram para disputar a imagem da escola entre os seguidores Fernando Holiday, em cujo facebook estava postado o vídeo e a entrevista com Leandro. Contra este público que o aplaudia, 4 pais e mães da escola adotaram basicamente dois eixos argumentativos: (1) Leandro não teria legitimidade porque não frequentava as reuniões da escola, ou seja, não era participativo – Um deles afirmava: “a escola tem reunião todo mês com baixa adesão dos pais. Ele se quisesse resolver, poderia ter colocado em pauta nas reuniões da escola, mas não o fez”. (2) Os pais sustentam que não havia ninguém ensinando ‘ideologia de gênero’, o que havia era “*ensino de respeito*”, “*respeito às diferenças*”. Assim, além da afirmação da prerrogativa dos pais participativos, agenciavam um significante central do discurso moral para persuadir um público conservador adverso. O “ensino de respeito” tenta estabelecer uma equivalência entre a agenda da tolerância e a agenda da família, ou melhor, das *famílias*; agendas que, na formação discursiva de Rute Costa, eram antagônicas. O respeito às famílias agora se articula na interface entre o discurso moral e o discurso cidadão, no intento de restaurar o pluralismo no espaço educacional.

O segundo exemplo ilustra o mesmo deslocamento discursivo descrito acima em outro contexto. A professora Rosângela, uma das freireanas da escola, herdou a turma de Ingrid quando Ana teve de abandonar a escola. Ela conta que a maioria das famílias dessa turma estava insatisfeita com a impunidade de Leandro após a saída de Ana, muitas das quais interviam no seu facebook para acusá-lo e, segundo o próprio, ofendê-lo e ameaçá-lo. Rosângela notou que o clima de retaliação se estendia às crianças, de quem ouvira algumas vezes que a professora Ana tinha ido embora por culpa do pai da Ingrid. Nessas ocasiões, Rosângela formava uma roda e oferecia outra perspectiva:

Eu dizia que a gente precisava era respeitar, trazia muito essa questão do respeito pra eles, né? Respeitar o jeito de ser de cada um e que o jeito de ser de um não pode ser imposto pro outro. Que cada família tem um modo de ser



e as famílias não devem impor. Aí eu trazia, pedia pra eles trazerem exemplos de como era na casa deles, né? Como é que eles se organizavam na casa deles e cada um trazia uma experiência diferente pra eles entenderem essa diferença, né?

Além disso, notando que os pais de Ingrid passaram a evitar as reuniões escolares e o cotidiano escolar de modo geral, Rosângela fez ainda um esforço para reintegrá-los à convivência:

Então eu escrevi no outro dia um bilhete, "ah, senti falta de vocês na reunião, que pena. Venham pra gente conversar". Eles não vieram, não apareceram. Eu percebi ele constrangido, fugindo da escola. Ele não se envolveu na escola, não questionou, nada. Fiz de tudo pra acolher. A cada quinze dias eu convidava as famílias pra brincar dentro da escola com as crianças. Eu chamei, convidei, insisti. Ela veio uma vez ou duas, mas eu percebi ela isolada das outras famílias.

Questionada se não temia o retorno da família que tornou a escola alvo de perseguição, Rosângela respondeu que isso não mais a preocupava: "a gente tá constituindo um grupo ali que vai caminhar junto que não só sou eu e as crianças, mas é tudo mundo junto ali". Essa professora não vive nenhum dilema participativo. A escola aberta para os conservadores!? Sim, é o que ela pensa. A escola simplesmente aberta.

Tem uma cultura muito forte de achar que família é do portão pra fora e que depois que a criança entra, a mãe é mal educada, o pai é barraqueiro... e se a família vem, ela vem pra ouvir; ela não vem pra dialogar. É uma relação preconceituosa que a gente sempre recusou.

Estamos nos domínios do discurso freireano, terreno onde a fé no diálogo e na escuta tem fortes raízes. No imaginário das direitas, Paulo Freire é um símbolo do assédio ideológico e da doutrinação na escola, mas, para a prática dessa professora, ele inspira o acolhimento renitente à família que, seja ela progressista ou conservadora, encontra um lugar na escola.

Considerações Finais

Nos últimos anos, temos assistido uma robusta ascensão de populismos autoritários que desafiam as bases de regimes democrático liberais e o horizonte de projetos emancipatórios mais radicais. Renunciando ao modelo tradicional dos golpes de Estado, as democracias iliberais ou democraturas, na expressão do filósofo Ruy Fausto, têm se consolidado uma a uma. Minha pesquisa indaga um aspecto da crise das democracias liberais



lançando luz sobre uma dimensão mais cotidiana das suas disputas, a que se desenrola nas instituições escolares. Muitas das demandas sociais frustradas condensadas na escola brasileira têm encontrado no bolsonarismo uma gramática mobilizadora, gramática na qual Paulo freire é o símbolo de um sistema a ser combatido.

Como disse no início, no entanto, o escopo dessa pesquisa extrapola a direita antissistêmica. O protesto liberal-conservador na escola que analiso se distribui num espectro que vai desde o consenso conflituoso institucionalizado até as rupturas antagônicas da mediação institucional; desde os dilemas participativos dos educadores diante das direita institucionalizadas (caso não analisado nesse texto) até os linchamentos digitais dos públicos vigilantes que desprezam a participação instituída da comunidade local. Nos dois casos, os sujeitos escolares, sonham vez por outra com uma participação ideologicamente uniforme: livre não só de antagonismo, mas também de qualquer agonismo.

No caso apresentado acima, a interação político-pedagógica opõe e ressignifica ideais de cidadania, há uma clara divergência sobre os princípios fundamentais da igualdade e liberdade: os públicos disputam a amplitude do reconhecimento concedido às diferenças sexuais e de gênero no currículo – onde uns veem sinais de respeito, outros veem signos ideológicos. As formações discursivas opostas em tais embates apelam frequentemente à linguagem dos direitos humanos ou fundamentais, mas neste caso a agenda da diversidade avança também em nome dos “respeitos” fundamentais, discurso a meio caminho entre o discurso cidadão e o discurso da moralidade. Os significantes privilegiados da família, infância e respeito flutuam nessa disputa e, conforme se deslocam, uma concepção divergente de pessoa se apresenta – do “cidadão de bem” passamos à “pessoa respeitadora” das diferenças sexuais e de gênero, do etos vigilante passamos ao etos participativo. Encontro e desencontro.

Uma razão importante para a escolha da EMEI das professoras Ana e Rosângela é que ali os tempos do agonismo e os tempos¹⁰ do antagonismo se sucedem e se sobrepõem de maneira complexa, emergindo em arenas públicas múltiplas que ora se articulam, ora se justapõem. Ao concluir a narrativa com as tentativas dos pais participativos e da professora

¹⁰ Parece-me que a incorporação do conceito de *tempo da política* ao modelo agonístico de democracia oferece um caminho promissor para analisar suas rupturas antagônicas (HEREDIA; PALMEIRA, 2009).



Ana, ilustrando um esforço de restaurar relações rompidas, não quis oferecer uma fórmula consensualista tampouco um prognóstico otimista. Se o dilema participativo não é vivido por Ana, suas, por outro lado, não o ignoram. O eufemístico “ensino de respeito” em lugar de “equidade de gênero” pode, assim como estratégias congêneres, tanto ampliar o pluralismo ressignificando politicamente o discurso moral quanto fazê-lo recuar fortalecendo tabus e estereótipos moralistas¹¹. Ainda assim, tais ambiguidades não deveriam nos desencorajar, afinal, elas mostram que não é apenas a corrosão autoritária que opera no interior das instituições: resistência e horizontes emancipatórios podem emergir e se rearticular mesmo onde as subjetividades pareceriam já colonizadas pela direita radical.

Referências Bibliográficas

AMAYA, José Fernando Serrano. La tormenta perfecta: Ideología de género y articulación de públicos. *Sex., Salud Soc. (Rio J.)*, Rio de Janeiro, n. 27, p. 149-171, dez. 2017.

BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo: Editora Politeia, 2019.

FUNDAÇÃO TIDE SETUBAL. O conservadorismo e as questões sociais. Plano CDE Pesquisa Inovação e Impacto. 2019. Disponível em <https://fundacaotidesetubal.org.br/publicacoes/o-conservadorismo-e-as-questoes-sociais/#boletim-modal> Acesso em 09/12/19

HEREDIA Beatriz; PALMEIRA, Moacir. *A política Ambígua*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2009.

LACLAU, Ernesto. *A Razão Populista*. São Paulo: Editora Tres Estrelas, 2013

_____. Populism: ¿qué nos disse el nombre? In: PANIZZA, Francisco (Comp.). *El populismo como espejo de la democracia*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009, p. 51-70.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical*. São Paulo: Intermeios, 2015.

¹¹ Numa das escolas estudadas, há um exemplo de reconfiguração discursiva menos ambíguo e promissor. Os responsáveis pelo projeto extracurricular de “Conversas sobre orientação sexual”, temendo a reação conservadora da comunidade, rebatizaram-no “Conversas sobre a adolescência”.



MOUFFE, Chantal. Feminismo, democracia pluralista y política agonística. Debate Feminista, Vol. 40 (OCTUBRE 2009), pp. 86-99. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/42625116>. Acesso 22/07/2022